

DISTRITO FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato para Aquisição de Bens pelo Distrito
Federal nº 004/2010 - CGDF, nos termos do
Padrão nº 07/2002.

Processo nº 480.001.943/2010

Cláusula Primeira – Das Partes

O DISTRITO FEDERAL, por meio da **CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF**, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 12º Andar, Praça do Buriti, Brasília – DF, representada neste ato por **HAMILTON RUGGIERI RIBEIRO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 910.222-SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 641.139.306-00, na qualidade de Corregedor-Geral - Respondendo, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e a empresa **ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.**, doravante denominada CONTRATADA, com sede na Avenida Koeller, nº 341 – Anexo, Centro, Petrópolis - RJ, inscrita no CNPJ nº 00.710.799/0001-00, representada neste ato por **HEVERTON LOPES FERREIRA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.787.122-SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 844.636.431-04, na qualidade de Procurador.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 884/2010 – CELIC/SUPRI/SEPLAG (fls.107/149), do Projeto Básico (fls.4/9) e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição de licenças de uso de software aplicativo e sistema operacional para as estações de trabalho e estações servidoras na plataforma Microsoft, em modalidade subscrição com direito à atualização de versões, conforme relação abaixo, consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico 884/2010 – CELIC/SUPRI/SEPLAG (fls.107/149), o Projeto Básico (fls.4/9) e a Proposta de fls. 229/230, que passam a integrar o presente Termo, sem necessidade de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO	PART-NUMBER	QTDE
1	EntDsktp ALNG LicSAPk MVL	B65-00037	350
2	VisioPro ALNG LicSAPk MVL	D87-01057	5
3	PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL	H30-00237	5
4	WinSvrEnt ALNG LicSAPk MVL	P72-00165	16
5	ExchgSvrEnt ALNG LicSAPk MVL	395-02412	2
6	SQLSvrEnt ALNG LicSAPk MVL 1Proc	810-03312	4
7	VSUItwMSDN ALNG LicSAPk MVL	121-00003	4
8	VST TeamFndtnSvr ALNG LicSAPk MVL	125-00110	1

Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

A entrega do objeto processar-se-á de forma integral em até 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura da Nota de Empenho, conforme especificação contida no item 12 do Edital de Pregão Eletrônico nº 884/2010 – CELIC/SUPRI/SEPLAG (fls.107/149), e na Proposta de fls. 229/230, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de R\$ 271.750,50 (duzentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), devendo esta importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente da CONTRATANTE.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04126007930110001

III – Natureza da Despesa: 33.90.30

IV – Fonte de Recursos: 100000000

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 271.750,50 (duzentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), conforme Nota de Empenho nº 2010NE00446, emitida em 9.12.2010, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em uma única parcela, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias contados da data em que for atestado o fornecimento definitivo.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Nona – Da Garantia

A garantia será de 2% (dois por cento) prestada de acordo com o que dispõe o art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – Entregar as licenças dos produtos e executar os serviços de acordo com o contido no Edital de Pregão Eletrônico nº 884/2010 – CELIC/SUPRI/SEPLAG (fls.107/149), no Projeto Básico (fls.4/9) e na Proposta de fls. 229/230;



11.2 – Responsabilizar-se pela qualidade e correção do produto, sendo que esta responsabilidade subsistirá durante a vigência do Contrato;

11.3 – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizada pela Administração;

11.4 – Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause à Administração, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do contrato, objeto deste Anexo, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

11.5 – Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório e quando da assinatura do contrato;

11.6 – Responder em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-transporte, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo, não respondendo a Contratante passivamente e nem solidariamente;

11.7 – A CONTRATADA responderá pelos danos causados por seus agentes.

Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações da Contratante

12.1 – Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição;

12.2 – Receber o produto no prazo estabelecido, por meio da Diretoria de Informática – DINFO, que verificará se o produto atende completamente todos os quesitos e condições do Edital;

12.3 – Zelar pelo bom uso do produto;

12.4 – Efetuar o pagamento, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente discriminada, a qual será conferida e atestada pelo executor do Contrato.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no item 8 do Edital de Pregão Eletrônico 884/2010 – CELIC/SUPRI/SEPLAG (fls.107/149), descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.



Cláusula Décima Quinta – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sétima – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da CONTRATANTE, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Vigésima – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília, 17 de dezembro de 2010.



HAMILTON RUGGIERI RIBEIRO

Corregedor-Geral do Distrito Federal - Respondendo



HEVERTON LOPES FERREIRA

Procurador